

## **Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de “pesquisadores nativos”**

Virtual sharing, shared acts: transposition of research collections and collective constructions of “native researchers”

### **Sabrina Dinola**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, (PPGMS)

Rio de Janeiro, Brasil

sadinola@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9872-2268>

### **Bianca Rihan**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS)

Rio de Janeiro, Brasil

bianca.rihan@unirio.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1988-1779>

### **Regina Abreu**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS)

Rio de Janeiro, Brasil

abreuregin@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3880-1749>

### **Iria Borges**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS)

Rio de Janeiro, Brasil

iriaborges@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9736-1927>

*Recebido em: 30 de junho de 2023.*

*Aceito em: 15 de agosto de 2023.*

## **Resumo**

O artigo reflete sobre as dinâmicas da plataforma digital do “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”, criada com o intuito de dar visibilidade aos processos de patrimonialização e salvaguarda de manifestações culturais nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Ultrapassando as “funções” de um repositório de dados de pesquisas etnográficas, a plataforma é ressaltada como um complexo sociotécnico co-construído por relações e memórias distintas. A partir das respectivas páginas componentes do sítio “Matrizes do Samba do Rio de Janeiro”, “Pequena África Paulistana” e “Dança do Samba”, e do protagonismo de pesquisadores-nativos em suas dinâmicas de confecção, são tratados os deslocamentos/transformações político-epistemológicos nas práticas e representações arroladas no campo do patrimônio imaterial. Do “gesto patrimonial” ao denominado “ato compartilhado”, aponta-se para uma proposta de cultura radicalmente atrelada à democracia e à reparação histórica.

**Palavras-chave:** Plataforma digital. Observatório. Memórias e salvaguardas do Samba. Nativos-pesquisadores.

## **Abstract**

The article reflects on the dynamics of the digital platform of the “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”, created with the aim of giving visibility to the processes of patrimonialization and safeguarding of cultural manifestations in the states of Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais and Espírito Santo. Going beyond the “functions” of an ethnographic research data repository, the platform is highlighted as a sociotechnical complex co-built by different, multicentered relationships and memories. Considering the respective component pages of the site “Matrizes do Samba do Rio de Janeiro”, “Pequena África Paulistana” and “Dança do Samba” and the process of their conception and production from the perspective of the protagonism of native-researchers, political-epistemological displacements/transformations are outlined in the practices and representations listed in the field of intangible heritage. From the “heritage gesture” to the so-called “shared act”, it is possible to observe and to participate in a cultural proposal radically linked to democracy and historical reparation.

**Keywords:** Digital platform. Observatory. Samba memories and safeguards. Native-researchers.

## Introdução<sup>1</sup>

Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas (Latour, 2013).

O trecho acima, enunciado por Bruno Latour em “Jamais fomos modernos”, funciona exemplarmente como epígrafe do projeto coletivo que passamos a apresentar nas próximas linhas. Trata-se do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, associação de pesquisadores reunida no “cruzo” (Simas; Rufino, 2018) entre as redes digitais e as ruas; a institucionalidade de universidades, agências de fomento e órgãos estatais e a organicidade das culturas populares que, cotidianamente, produzem epistemologias plurais para a prática e o conhecimento do mundo.

Vinculada às atividades do Laboratório de Memória e Imagem (LABIM) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/ UNIRIO), a fundação do Observatório se deu em 2019, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A partir de reflexões sobre as diversas ‘paisagens patrimoniais’ que se descortinam no Sudeste brasileiro (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), e em meio às dinâmicas de produção e circulação dos saberes-fazeres locais, com suas sociabilidades próprias, a articulação entre pesquisadores e comunidades se estabeleceu com o intuito de acompanhar a patrimonialização de manifestações culturais na região.

De modo que os processos de salvaguarda ganhassem maior visibilidade, foi prontamente inaugurado o portal e repositório digital do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste<<:<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>>>. Contudo, cabe dizer que a construção do sítio não previu um objetivo finalizador, mas uma questão de

---

<sup>1</sup> Este artigo traz reflexões desenvolvidas ao longo de uma pesquisa de pós-doutorado que conta com apoio e subsídios da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Pelas constantes trocas e contribuições, agradecemos especialmente aos pesquisadores parceiros do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, imprescindíveis para a pesquisa e as práticas aqui relatadas: Nilcemar Nogueira, Desirree Reis e Caio Sérgio de Moraes (articuladores e responsáveis pelas páginas Matrizes do Samba no Rio de Janeiro); Tadeu Kaçula (articulador e responsável pela página Pequena África Paulistana); e Bárbara Pereira (articuladora e responsável pela página Dança do Samba). As respectivas páginas estão disponíveis na plataforma digital <<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>>. Para essa produção, ressaltamos, ainda, o intenso diálogo com e as preciosas indicações e contribuições do professor Amir Geiger (Departamento de Ciências Sociais, CCHS-Unirio), a quem agradecemos enfaticamente.

método/meio (Dinola; Abreu, no prelo). “Em outras palavras, ele é parte dos dispositivos ou artefatos eletrônico-digitais que podem ser úteis para compor observatórios ligados à pesquisa de ciências humanas e a políticas públicas – isto é, quando a noção de ‘ponto de observação privilegiado’ é menos operatória do que a de ‘ambientes ativos’ de investigação.”

Atualmente, as faces digital e presencial do projeto seguem articulando-se para contribuir com a visibilidade e a proteção de práticas e representações memorialísticas de agentes locais do sudeste do Brasil, via reflexões sobre inventários e registros dos patrimônios culturais, como o jongo, a folia de reis, o congado, o ofício da baiana do acarajé, o fandango caiçara, patrimônios musicais como o choro e o samba, patrimônios relacionados a festas, entre outros contemplados pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

No cenário global, entendemos que a expansão inflacionária de técnicas e meios de digitalização, com a correspondente migração de dados para ambientes virtuais, implica em transformações nas formas de comunicação e condiciona ou incide diretamente na organização, no acesso e no tratamento técnico de objetos e conteúdos artísticos e culturais, inclusive os vinculados às culturas populares; ao mesmo tempo, essa tendência determina ou interfere na produção de novas estratégias para a preservação desses conteúdos culturais. De modo geral, a promoção e a ampliação do acesso a dados por meio de digitalização e da entrada de metadados trouxeram novas questões vinculadas à expansão desses conteúdos e à sua circulação e preservação em meio digital, implicando diretamente as instituições ligadas à cultura, ao patrimônio e à memória.

Essa temática também passou a fazer parte da agenda política nacional para a gestão da cultura, que encontrou no Brasil da primeira década do século XXI um período particularmente promissor. Junto a um processo de valorização das instituições de memória, do fortalecimento dos campos de pesquisa das ciências humanas e do compromisso de desvelar e aprofundar conhecimentos sobre os ‘Brasis’, as gestões do Ministério da Cultura (MinC) de Gilberto Gil (2003-2008) e de Juca Ferreira (2008-2010; antes de assumir a pasta, Ferreira havia sido secretário executivo da gestão de Gil) se destacaram pelo estímulo à criação e à produção de bens culturais, assim como ao “fortalecimento da cultura digital como instrumento de invenção, mas, sobretudo, de ampliação do acesso universal aos bens simbólicos” (Puntoni, 2017:124).

Em paralelo, passou-se a enfrentar o desafio de estabelecer políticas para “ativar a cultura digital como um instrumento capaz de potencializar o reenquadramento e o fortalecimento das instituições memoriais” (idem:126). Segundo Puntoni, a partir de 2007, diferentes instituições memoriais dedicaram-se a desenvolver projetos mais robustos de digitalização de seus acervos e, conseqüentemente, de acesso a esse conteúdo.<sup>2</sup> Para o autor, somente em 2011, mudanças ministeriais teriam iniciado um processo de “desmobilização” dessas promissoras iniciativas de fomento à cultura digital<sup>3</sup> – algo que efetivamente viria a se desmantelar com o anúncio do fim do Ministério da Cultura, instituição medular deste processo, em novembro de 2018. Em resumo, podemos afirmar que até as suas descontinuações, os editais do Ministério da Cultura conduzidos a partir da “Rede Memorial”<sup>4</sup>, bem como do “Projeto Tainacan”<sup>5</sup>,

<sup>2</sup> Para Puntoni (2017), o ano de 2008 marca uma virada da Biblioteca Nacional para o mundo digital quando ocorre o fortalecimento da “BN Digital” – criada em 2006 e cujas coleções já estavam sendo digitalizadas - a partir do aporte financeiro do Ministério da Cultura por meio do “Programa Livro Aberto”. Além disso, o autor destaca o “Seminário sobre Conteúdos Digitais na Internet”, realizado em 2007 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que permitiu o encontro de representantes de instituições e memoriais envolvidos em projetos de digitalização para discutir a formulação de estratégias de fomento à produção e disponibilização de conteúdos culturais digitais em língua portuguesa. O autor ressalta a criação, naquele mesmo ano, de uma rede de cooperação institucional denominada “Rede Memorial de Pernambuco”, liderado pelo Laboratório Liber da UFPE, constituída pelo Museu da Cidade do Recife, pela Biblioteca Pública de Pernambuco, pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e pelo Instituto Ricardo Brennand. Neste mesmo período, a Cinemateca Brasileira iniciava o projeto de digitalização do seu acervo. (cf. Puntoni, 2017).

<sup>3</sup> O autor se refere à substituição de Juca Ferreira por Ana Holanda. Segundo Puntoni (2017), na gestão de Ana Holanda, as ações referentes à cultura digital teriam sido praticamente paralisadas. Além disso, ele também destaca as mudanças impulsionadas pelo ECAD – empresa privada responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais vinculados ao setor musical – contrária ao projeto de lei que modifica, na época, o contexto jurídico brasileiro sobre esse tema.

<sup>4</sup> Trata-se da rede nacional das instituições que dispõem de um patrimônio visual ou textual, comprometidas com políticas de digitalização e disponibilização de seus acervos. Em 2011, foi redigida por um grupo de instituições e um comitê gestor comprometidos com projetos de digitalização de seus acervos (Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Liber - UFPE, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público João Emerenciano - PE e Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Projeto Brasileira USP), uma carta de compromissos intitulada “Carta do Recife”, um documento criado com o objetivo de “sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho” (Puntoni, 2017:139), formatando, assim, a chamada “Rede Memorial”. Esta carta de 14 de outubro de 2011 foi inspirada no modelo que já havia sido proposto pela “Rede Memorial de Pernambuco”. No ano de 2012, foi sugerida uma revisão da carta – a “Carta do Recife 2.0”. Infelizmente (e ironicamente), nenhuma das versões da Carta podem ser acessadas pelos links disponibilizados no texto e, portanto, pelos endereços acessados e fornecidos pelo autor no ano 2017 (ano da publicação do artigo).

<sup>5</sup> Instituído em 2014 - e coordenado por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, junto com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus -, o Projeto Tainacan surgiu (inicialmente denominado de “Projeto de Acervos Digitais”) como o componente técnico e de pesquisa na concepção de uma política nacional de acervos digitais culturais do Ministério da Cultura e como solução de gestão e interatividade entre acervos e sistemas de repositórios, buscando promover a democratização do acesso digital aos bens culturais musealizados através da digitalização e documentação dos acervos das instituições museológicas na internet. O Tainacan atualmente se constitui como “um software livre, flexível e potente para criação de repositórios de acervos digitais em WordPress” (ver <https://tainacan.org/>) Acessado em abril de 2023.

apontavam para as iniciativas de construção de uma espécie de ‘política nacional de acervos digitais’ (ver Galindo et al, 2015; Puntoni, 2017).

Seguindo a narrativa sobre este cenário, em que se afirmam as potencialidades culturais e educacionais (e também econômicas) dos acervos digitais em cultura, patrimônio e memória, bem como as necessidades para o desenvolvimento de novas políticas de preservação e acesso, diferentes instituições vêm desenvolvendo projetos individuais ou colaborativos de digitalização, preservação e disponibilização de conjuntos documentais. Diante disso, outros desafios foram se apresentando, como a promoção de interatividade dos sistemas de repositórios com as mídias sociais, o desenvolvimento de interatividades entre os acervos, além da manutenção das atualizações devido à falta de recursos para uma sustentação continuada.

A criação de repositórios e bibliotecas digitais também pode ser observada no universo científico. Com o objetivo de dar visibilidade e ampliar o alcance a trabalhos resultantes de estudos e de projetos de pesquisa com fomento de recursos públicos, os repositórios institucionais, administrados por bibliotecas universitárias, tornaram-se uma privilegiada via de acesso, além de garantirem o prolongamento de sua circulação na esfera sociocultural, a partir do processo de preservação digital.

No entanto, no que se refere à digitalização e preservação de materiais e dados de pesquisa, o debate se complexifica, principalmente quando nos referimos a materiais etnográficos: não falamos apenas na ‘recuperação’ desse material, *a posteriori*, mas também em sua identificação (e aprovação) por parte dos grupos e/ou comunidades pesquisados. Trata-se, portanto, da criação de dinâmicas que, ao propiciarem a preservação (e devolução) de materiais de pesquisa, mantenham o diálogo com os saberes e fazeres dos sujeitos/coletivos investigados, incluídos como agentes de um processo de construção de memória. É nessa linha que as atividades do grupo de pesquisa em torno do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste se propõem.

Neste artigo, pretendemos enfatizar os processos de desenvolvimento e lançamento das três páginas mais recentes do portal do Observatório, respectivamente: Pequena África Paulistana <sup>6</sup>; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro<sup>7</sup> e Dança do Samba<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Acesso pelo link:

<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa-paulistana>

<sup>7</sup> Acesso pelo link:

<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/matrizes-do-samba-no-rj>

<sup>8</sup> Acesso pelo link:

<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/mulheres-do-samba>

Tal como as páginas anteriores, elas disponibilizam as investigações realizadas nas Universidades, bem como uma série de materiais e dados reunidos nos processos de pesquisa; servem como fontes para outros pesquisadores e comunidades de detentores; como ferramentas de implementação de políticas públicas; e – essencialmente, a nosso ver – como mais um espaço de articulação entre visões de mundo e epistemologias plurais.

Partindo do diálogo com pesquisas acadêmicas que, de formas variadas, abordam a temática dos patrimônios e das políticas patrimoniais, e tendo como base a dinâmica que estrutura os processos de construção de memória, questões (e desafios) se colocaram ao grupo técnico e de pesquisadores parceiros do Observatório: de como criar mecanismos que atuem na incorporação e valorização de identidades de grupos e povos que estão em *constante* construção; de como acompanhar o processo de *continuidade* da construção de identidades e memórias coletivas (enfatizando o protagonismo e as ferramentas usadas pelos grupos neste processo); de como questionar (ou ‘jogar com’) certas categorias e conceitos que vêm se reificando (cf. Montero, 2012) a partir de um espaço-tempo tomado como ‘autêntico’ e ‘legítimo’; e de que modo, portanto, é possível gerar um meio, ou espaço-ferramenta, que valorize e potencialize o caráter *dinâmico* e, acima de tudo, *transformador* das identidades culturais.

### **O campo patrimonial e a abertura para novos agentes**

Antes de adentrarmos na discussão sobre a experiência de digitalização no âmbito do Observatório, cabe voltarmos brevemente ao debate que nos trouxe até aqui.

Pode-se dizer que o cenário atual em nosso campo é decorrente de uma virada epistemológica na noção de Patrimônio Cultural, que se afasta de sua “razão” moderna – como bens edificados, representantes materiais, funcionais e simbólicos (Nora, 1993) dos valores de Estados-Nação impelidos e consagrados sempre ao “progresso” – para um novo “gesto” (Abreu, 2020) compatível com o reconhecimento das barbáries precipitadas por um projeto classista, racista e excludente de modernidade.

Em sua sétima tese sobre o conceito de história, Walter Benjamin (2012:245) observou que: “nunca houve um documento de cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie”. Com as devidas diferenciações – uma vez que a reflexão benjaminiana carrega as determinações contextuais da Europa atravessada pela guerra e pela ascensão do fascismo –, em um país como o Brasil, marcado historicamente pelo genocídio e a escravidão, pela secular desigualdade social e pela permanência de

estruturas de exploração e colonialidade em sua expressão moderna, é preciso afirmar que os chamados bens culturais se constituíram também repletos de horror, “devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas à servidão anônima dos seus contemporâneos” (Benjamin, 2012:245).

Contestando o racionalismo moderno e sua flecha para o progresso, que certamente perdeu o rumo (Villoro, 2015), vozes e memórias dissonantes entraram em disputa por “uma atuação patrimonial segundo uma concepção mais democrática” (Dinola: Abreu, no prelo).

No esteio da reabertura política pós-ditadura civil-militar e de discussões para a formulação da chamada Constituição Cidadã, de 1988; entre pressões e contra-pressões relativas às direções do Estado no campo patrimonial, o “gesto patrimonial” engajou a mediação de novos agentes como antropólogos e historiadores, e repercutiu em novas práticas e novos signos. Sobretudo, propiciou (ou sintonizou-se com) novas percepções e afirmações de ‘resistividades e agentividades’ históricas e culturais, abrindo mais espaço ao que podemos chamar de protagonismo de sujeitos e grupos há muito tragados da cena pública pelas narrativas oficiais: os “detentores” de patrimônios culturais.

Nesse mesmo cenário, em torno dessas políticas patrimoniais (em âmbito internacional, nacional ou local) dá-se também o desenvolvimento das ações e articulações de grupos sociais e étnicos (historicamente silenciados) com os seus diferentes dispositivos, (seja pelo discurso da igualdade, seja pela marcação da diferença). Ou seja, como consequência do movimento de “reconhecimento constitucional por parte do Estado” de diferentes formas e manifestações das culturas populares, em especial dos segmentos indígenas e negros, os chamados “detentores” de conhecimentos tradicionais e similares ganharam visibilidade e agentividade, arregimentando forças para reivindicações mais abrangentes de direitos sociais no sentido de uma cidadania plena, historicamente negada a estes (e outros) grupos. Assim, na atualidade, pode-se dizer, de modo geral, que para além do reconhecimento dessas diferenças e singularidades, os processos de patrimonialização passaram a ser amplamente usados por esses sujeitos como estratégias políticas, em diferentes lutas, por direitos mais amplos e diferenciados do que aqueles definidos pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento (Dinola; Abreu, no prelo).

Referindo-se à legitimidade e à visibilidade conferidas às populações por meio da cultura, Manuel Ferreira Lima Filho (2015) apresenta a ideia de “cidadania patrimonial”, circunscrevendo não apenas o conjunto de ofícios e saberes presentes em determinado território, mas também os próprios lugares, práticas performativas e uma série de outras referências arroladas no projeto de patrimonialização do imaterial.

Segundo o autor, índices de transformações práticas e simbólicas do que se entende por patrimônio nacional no presente precipitaram, inclusive, uma nova

“linguagem patrimonial” exprimida nas fronteiras dialógicas entre categorias antropológicas como “cultura, natureza, território, tradição (...)”; “categorias patrimoniais, como tombamento, registro e inventário”; e categorias nativas, “como nós e não-nós, objetos, mitos, ritos, humanos e não humanos, parentes, consanguíneos e afins, os chefes, os xamãs, os artistas, o corpo, a pintura, os jovens e os velhos, os que sabem fazer, entre outros” (Lima Filho, 2015:40).

Ativando o imenso caldo de saberes possíveis no contato entre práticas institucionalizadas e formas de organização ancestrais, o projeto do Observatório do Patrimônio Cultura do Sudeste é mais uma das tentativas de produzir rachaduras em estruturas antiquadas. Passados trinta e cinco anos das discussões coradas no processo de redemocratização, e ampliadas nesse período as razões e as potências da interdisciplinaridade, a universidade pública, em diversos campos e interações com a sociedade civil, em geral, reafirma seu compromisso junto a cosmogonias e epistemologias “livres e comunitárias” (Borges, 2016) para uma agenda que, cada vez mais, transborde o campo patrimonial e conecte-o a outras questões urgentes como o acesso a recursos naturais, sociais, políticos e econômicos.

### **Informar, memorando: apontamentos sobre a digitalização da cultura**

No campo da memória social, diversos autores, de perspectivas diversas (por exemplo Nora,1993; Benjamin,2012, etc.), conceberam com ambivalência e desconfiança modernistas, no advento da chamada “sociedade da informação”, uma perda das memórias ou experiências “autênticas” – conectadas aos rituais do passado, aos laços de solidariedade e ao contato entre gerações. Esse é um processo sabidamente de longa duração, associado à escrita e à história mesma como atividade memorial-narrativa, mas o foco da atenção contemporânea é a massificação industrial na produção de informações, ou seja, no investimento tecnológico de (controles de) registro e comunicação.

O tempo da informação, e muito especialmente o da informação-mercadoria, obedeceria a uma lógica tão objetiva quanto efêmera, transmitindo sinais informacionais de um emissor a um receptor, por um código inquestionado, sem ocupar-se da pluralidade interpretativa e criativa presente no processo comunicacional.

Como já foi indicado acima, a distinção (opositiva) entre as mediações humanas e as mediações técnicas não é um tema novo. Apresenta-se em contribuições filosóficas desde a Antiguidade. Se no pensamento platônico podemos antever nas “técnicas do

discurso o papel de uma maquinaria antecedendo a razão” (Rihan; Saldanha, 2019:191), a contribuição Aristotélica traz certa sofisticação ao argumento, na medida em que, ao tecer a crítica da técnica, reflete em como “não nos livrariamos, pelo exercício da razão, da condicionante da técnica” (idem): conceber a técnica racionalmente significava, então, reconhecê-la antes de tudo como “um objeto (também da filosofia), e, para tal, necessário à reflexão, como à própria sociedade” (idem). No medievo, com a influência do neoplatonismo, as discussões sobre o uso das técnicas no seio das contradições sociais perde ressonância; e é somente com a recondução aristotélica pós Tomás de Aquino, no século XIII, que a técnica volta a ganhar protagonismo, porém, desde uma nova direção: primeiro indício da modernidade, ela vem à tona como objeto de devoção deliberada, desencadeando uma espécie de fetiche ideológico do *vitus maquinico* (Rihan; Saldanha, 2019).

De fato, teóricos da informação renomados como Shannon e Weaver passaram ao largo do fenômeno informacional como atividade envolvida por múltiplas naturezas e relações (Capurro, 2003). Orientada pelo determinismo tecnológico e pelo positivismo cientificista, a insistência por um tratamento enquadrado do “objeto informação” e a idealização de uma “usabilidade ótima” (Borko, 1968) escondeu/esconde, sob o manto da “neutralidade axiológica”, uma série de reproduções acríticas desde a subsunção “de imensas potencialidades criativas” “pelas realidades destrutivas das contradições estruturais do capital” (Mészáros, 2004:248).

Contemporaneamente, com a inserção cada vez mais aguda dos “territórios nacionais” no processo/projeto neoliberal e neo-extrativista (Hargreaves, 2022); com a correspondente tendência pós-monopolística privada de intensificação do uso informacional tecnológico para a redução de todos os valores ao valor de troca; e com a constituição de ‘latifúndios e chãos de fábrica virtuais’ (com efeitos muito concretos de empoderamento/desempoderamento), tem sido difícil imaginarmos um horizonte para além das tendências “míopes” do chamado capitalismo de plataforma (Srnicek, 2014, 2019).

Obsoleta, praticamente interdita, a metáfora do “navegador” – a partir da qual a internet já foi traduzida como espaço livre e democrático a ser desbravado – deu lugar ao cerceamento da “bolha”. Rememorando as rodadas especulativas envolvendo investidores e capitais de alto risco, Martins (2020) mostra em quão curto período de tempo se desencadeou um “extenso processo de demissão em massa e de fusões que constituirão o atual oligopólio da rede. As empresas que conseguiram sobreviver à crise

são exatamente as gigantes que conhecemos hoje, as quais passaram a utilizar a internet como plataforma, não mais como ferramenta” (Bolaño; Vieira apud Martins, 2020:178).

Conforme a autora (2020:178), ao invés da irrupção de coletividades solidárias, a consequência mais direta desse processo inscreve “relações efêmeras e superficiais” “marcadas pelo ultraliberalismo”, sob a tutela de projetos direcionados ao lucro privado. Ademais, discursos de ódio e desinformacionais constantemente ganham “palanque” a partir da reprodução massiva e acelerada ensejada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’S). Uma vez que a lógica publicitária responde pela força motriz das plataformas digitais, e o engajamento dos usuários é a principal estratégia para a monetização, a captura e “perfilamento de dados”, bem como o uso de “material extremo ou que mobilize reações” são cada vez mais recorrentes (Valente, 2019:6), “não importa que a mensagem seja algo do tipo ‘vacinas matam’, ‘a terra é plana’ ou ‘Theodor Adorno era o quinto Beatle’” (Romanini, Mieli, 2021:14).

É na contramão dessa conformidade que o sítio do Observatório, como ferramenta informacional, atua. O uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) se volta, então, à ativação de rotas menos inscritas na lógica das monoculturas de ideias, a partir da plasticidade dos encontros, isto é, abrindo ciclos comunicacionais da e para a “diversidade de culturas”.

Vinculado à chamada cibernética de segunda geração, o brasileiro Álvaro Vieira Pinto, autor de “O Conceito de Tecnologia”, interpretação original “de uma filosofia da técnica sob a perspectiva latino-americana” (Kleba, 2006:62) não se furtou em repertoriar criticamente as distintas apropriações da noção de técnica:

Como Vieira Pinto (2005) argumenta, no percurso histórico podemos compreender do surgimento de uma razão técnica ao uso da técnica como principal arma de dominação, levando-nos a uma racionalização como uma ideologia da técnica. Ao mesmo tempo, o filósofo da tecnologia destaca como diferentes mitos e problemas sócio-históricos, como a revolução industrial, construíram distintas maneiras de “desumanizar a técnica” (Vieira Pinto, 2005:400), tornando-a inimiga do desenvolvimento social e das lutas por igualdade. Trata-se do desenvolvimento da grande figura do “espantalho da técnica” (2005: 402), ou ainda, o espantalho do “terror tecnológico” (2005, p. 403). [...] No entanto, é justamente sob a reflexão do assombro da invenção do “espantalho” e de sua escatologia, que se constitui uma noção aberta, não ingênua, da técnica, flexível a ponto de perceber seus usos na concretude dos problemas das classes sociais e dos dilemas da desigualdade (Rihan, Saldanha, 2019:196).

Para Vieira Pinto, a técnica deveria, pois, ser concebida “como mediação generalizante entre os fins humanos, a natureza e a produção” (Kleba, 2006:62). Nesse

sentido, desvia do pensamento ocidental de tradição europeia, em que a máquina a vapor figura como tecnologia inaugural da humanidade. Segundo o autor, toda sociedade produz técnica e compartilha tecnologia, “um habitante das cavernas viveu em uma era tecnológica, pois seus atos são regidos por prescrições, visando ao sucesso de um empreendimento” (Vieira Pinto apud Figueira, 2022:173).

Com as devidas diferenciações, podemos também apontar para a filosofia da tecnologia, desenvolvida por Gilbert Simondon, como itinerário fértil para pensarmos tecnologia e humanidade desde relações menos antagônicas. A peculiaridade da obra de Simondon se evidencia no conceito de individuação - como processo vinculado às múltiplas mediações que acometem os seres humanos e os objetos técnicos ao longo de suas trajetórias aneladas. É com esse argumento que o autor combate as noções de indivíduo como ser finalizado; e de máquinas como tecnologias fechadas, restritas a uma lógica instrumental. Conforme Damasceno (2007) o que está em jogo é a crítica aos modelos essencialistas que estabilizam a ideia de “substância imutável” sem a possibilidade de um porvir fortuito.

Trata-se, pois, de devolver à noção de técnica a imprescindibilidade dos encontros, cortejo elástico entre humanos e não humanos, matéria e energia, desde suas propriedades dinâmicas, em movimento, relação e transformação.

A teoria da informação na contemporaneidade não está alheia a esse debate e parece caminhar no mesmo sentido. São os casos de Frohmann, que não admite pensar uma informação sem corpo(s), como a “disciplina moral dos bits” (Rihan; Saldanha, 2019:196) parece propor; ou de Capurro e sua “crítica a uma ética robótica limiar” que, segundo ele aparta “sujeito e o mundo das coisas no meio digital e nas demais arenas de atuação dos fatos maquínicos” (idem). Desse modo, a noção de informação, para ambos, afasta-se tanto dos modelos fisicistas, em que predominam a ideia de que objetos físicos, transmitidos por um emissor, “deveriam ser em princípio reconhecidos univocamente pelo receptor sob certas condições ideais” (Capurro, 2003, não paginado); como dos modelos cognitivistas que, inspirados pela teoria do terceiro mundo popperiano, concebem “mundos de objetos inteligíveis, ou também de conhecimento sem sujeito cognoscente” (idem), na medida em que se vislumbra um tipo de rede formada por conteúdos intelectuais “que existe somente em espaços cognitivos ou mentais” (idem). Como atesta Frohmann (apud Capurro, 2003, não paginado) “o ponto de vista cognitivo relega os processos sociais de produção, distribuição,

intercâmbio e consumo da informação a um nível numênico, indicado somente por seus efeitos nas representações de geradores de imagens atomizadas”.

Portanto, para ambos os autores, caminhar em direção a uma ética da informação na atualidade significa admiti-la como resultado (sempre provisório) das relações dinâmicas entre sujeitos e um alargado complexo material e simbólico, em que o elemento interpretativo do real, construído pelas interações incessantes, precipitaria um terreno aberto e um olhar compreensivo para as técnicas e tecnologias sociais de informação e comunicação. À ética informacional, Capurro aproxima a ideia de interculturalidade, que pressupõe:

O abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação de informação [...]. Uma base de dados bibliográfica ou de textos completos tem caráter eminentemente polissêmico ou, como o poderíamos chamar também polifônico. Os termos de um léxico não são algo definitivamente fixo. O objeto [...] relação entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades (Hjørland, 2003) (Capurro, 2003, não paginado).

É nesse sentido que a concepção da ferramenta digital do Observatório ultrapassa a ideia de um repositório congelado de informação etnográfica, ou a de uma representação ideal para a pesquisa científica, abrigando – ou antes, compondo-se de – um complexo sociotécnico costurado por relações e memórias distintas que constantemente se atravessam e se atualizam.

O fim “meta-representacionista”, pautado pela transferência de dados e materiais de pesquisas etnográficas para o repositório, não pode prescindir, portanto, das relações conjuntamente tecidas entre detentores, equipe técnica, computadores, pesquisadores, câmeras, gravadores, *softwares* e uma série de elementos entrecruzados para o atendimento de um objetivo – neste caso, o de dar ressonância aos processos de patrimonialização no sudeste. E, mesmo que saibamos ser o portal o “resultado” desse “projeto”, é a própria rede em sua heterogeneidade; em sua operacionalização processual e histórica; em seus contatos e conflitos; em seu constante movimento; que abre o “discurso” do sítio para uma infinidade de devires possíveis, desde os (re)dimensionamentos dados nas mediações entre seus componentes.

A informação disponibilizada como documento em cada uma das páginas dedicadas às manifestações culturais observadas é, nesse sentido, não tanto o ponto de chegada, “um produto de pesquisa”, ou uma síntese, mas o ponto de partida para mergulharmos nas ações, associações e interações desde as quais a informação circula, é

apropriada, ganha visibilidade, perde visibilidade – isto é, no fluxo de linguagens, sentidos, gestos, símbolos, etc., trocados ou disputados pelas “comunidades” em relação, e que nem sempre estarão explícitos, fixados, mas que poderão ser sugeridos e/ou “identificados” desde a materialidade da informação “documentada”.<sup>9</sup>

A ideia de materialidade das relações – distinta, diversa e disjunta da de uma fisicalidade das coisas – não está, portanto, subscrevendo nenhuma visão engenheira, de determinação tecnológica das práticas de informação-comunicação. Ela se apresenta, sim, como uma premissa mais ecocentrada e menos economicista (imanência da mente e da cultura, sem transcendência de um cogito calculador maximizador) para que estendamos o olhar para o que transborda e extrapola os seus limites, para as relações sociais em que esse objeto “portal” é constituído (Saldanha, 2013).

\*

Basicamente, cada pesquisador convidado integra o campo patrimonial com pesquisas de campo já realizadas ou em fase de realização. Algumas são decorrentes de dissertações e teses; outras, de processos para inventários e registros no IPHAN ou em agências estatais e/ou municipais. A rede constitui, assim, um grupo de observadores com inserção qualificada e vínculos estreitos com detentores/interlocutores, possibilitando a realização de encontros interculturais/interdisciplinares. Estes, por sua vez, se desdobram em dados e séries documentais – tais como relatos, textos, vídeos, áudios, notícias, cartografias, etc., – organizados de forma pública no portal do Observatório; da mesma maneira, paralelamente, o portal se torna mais um mediador para a promoção do contato e construções coletivas entre diferentes visões de mundo que se afetam mutuamente e, paulatinamente, afetam também a organização e veiculação do material de pesquisa, que constantemente é reconduzido.

Segundo Almeida; Nogueira (2013:132):

[...] mediações são as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e os conteúdos simbólicos de uma dada sociedade ou grupo social. Um dos sentidos que geralmente se atribuem à ideia de mediação é o de servir de intermediário. Cristaliza-se assim a concepção de que essa ação não estabelece apenas uma mera relação entre dois termos de mesmo nível, mas também que nessa relação é produzida uma qualidade suplementar, um estado mais satisfatório.

---

<sup>9</sup> Conforme Frohmann (2008), a partir da materialidade do “documento”, esteja ele em qualquer suporte (não apenas no digital), alargam-se as possibilidades de deciframos as relações sociais travadas na/pelas redes, bem como os regimes de informação a que estão submetidas – isto é, as variáveis sociais, tecnológicas, políticas, culturais, econômicas, etc., que configuram, orientam e mantêm a informação, mas que do mesmo modo atuam para a sua desestabilização, apagamento ou transformação. Ver Frohmann, B. O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M.S.L.; Marteleto, R.M.; Lara, M.L.G. *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação*. São Paulo. Cultura Acadêmica; Marília. FUNDEPE, 2008, p.1-34.

Nesse sentido, podemos dizer que o dispositivo info-eletrônico do Observatório, atravessado pelos processos de produção, circulação e apropriação de informações entre diferentes indivíduos, grupos e instituições; por agentes, ou melhor, agentividades técnicas, culturais e sociais; por tecnologias da linguagem e da criatividade, manifesta-se como um elo alargado para um horizonte ético-político comprometido com a memoração e a democratização da cena patrimonial brasileira. Retornaremos a isso na parte 5. Mas antes é preciso acionar os vínculos etnográficos do trabalho, a radicação micropolítica: não esquecer que as mediações não se dão em abstrato; elas são o lugar da pragmática, da produção de saberes situados. Sob pena de recair nas partições modernas entre sujeito e objeto, fatos e representações, observadores e observados, epistemologia e política.

### **Deslocamentos político-epistemológicos no campo da memória: do “gesto patrimonial” ao “ato compartilhado”**

A partir do pano de fundo delineado acima, intentamos refletir sobre nossa experiência de pesquisa em torno da elaboração e projeção/circulação das três páginas mais recentes do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: Matrizes do Samba no Rio de Janeiro; Dança do Samba; Pequena África Paulistana. O foco principal não são (na ponta de “cá”) os documentos e informações produzidos e disponibilizados, nem (na ponta de “lá”) as manifestações culturais referidas; sem desatentar desses aspectos, procuraremos apreender os efeitos de aprendizado no processo de trabalho e a percepção dos deslocamentos político-epistemológicos das práticas e discursos contemporâneos de memória e patrimônio.

Como pesquisadoras/es vinculados à Unirio, e responsáveis pela supervisão técnica das páginas, estabelecemos, com cada um dos pesquisadores parceiros dedicados à seleção de materiais e à dinâmica de atualização dos mesmos (ver seção 3 deste artigo), interações e interlocuções, a partir do envolvimento coletivo nos processos de patrimonialização – ou, para falar em termos mais próximos ao paradigma da comunicação, “patrimoniação” (Davalon, 2015; cf. Dinola; Abreu, no prelo). Essa experiência teve uma dimensão, por assim dizer, confirmatória em relação às premissas e primeiras elaborações reflexivas e conceituais das fases anteriores de trabalho e das páginas que já estavam ativas (sobre isso, ver as partes 1, 2 e 3 deste artigo; cf. também,

mais uma vez, Dinola; Abreu, op.cit.). Nesta seção do artigo, nos dedicaremos a delinear algumas singularidades, ou ‘radicalidades’, dos processos, ações e de que trazemos notícias.

Como já foi dito, o trabalho de concepção dessas páginas se deu, sobretudo, pelas relações estabelecidas entre a equipe técnica do observatório e os pesquisadores-em-rede/parceiros, em torno da ‘transposição’ de acervos de pesquisa para a plataforma. O que enfatizamos nesta abordagem é a posição não só discursiva, mas agentiva (‘agir e fazer agir, dizendo’) que os interlocutores possuem ou assumem no espaço social pesquisado, no campo da produção de conhecimento e nos debates e movimentos sócio-étnico-culturais: de ‘pesquisadores-nativos’; de pesquisadores-músicos; de pesquisadores-negros; de pesquisadoras-mulheres.

Assim, resumidamente, cremos ser válido dizer que nos vimos colocadas em um campo intelectual e militante percorrido crítica e criativamente por processos de ‘culturalização autônoma’, de ‘invenção de cultura’, cuja complexidade e valor excedem qualquer série de informações classificadas e disponibilizadas. Eles mobilizam diversas constelações conceituais e metodológicas nas ciências humanas/sociais, nos estudos culturais, sem apagamento ou incompatibilidade com outras, advindas de outras tradições que não a universitária de matriz europeia.

De nosso ponto de vista específico e situado, poder-se-ia talvez falar em modulações de “alteridades próximas” e “alteridades mínimas” (Peirano, 2006), por dinâmicas etnopoéticas em diversos “presentes [e passados] etnográficos” (Clifford, 1998), conjugados em modos “afirmativos” ou “desconstrutivos” (Fraser, 2006).

Não nos propomos com isso a aplicar conceitos nem a enquadrar analiticamente, mas lembrar que nas últimas décadas uma série de “viradas teóricas e epistemológicas” no campo das ciências humanas e sociais não deixaram de incidir sobre, e também de refletir parcialmente, a multiplicação de tendências e re-/desenquadramentos das práticas, conceitos e instituições relativas a colecionamento, documentação e curadoria de objetos de pesquisa. No campo amplo das práticas e concepções de memória e patrimônio, o patamar fundamental, porém carregado de complexidades, tem sido o compromisso por exercícios mais simétricos e colaborativos entre os envolvidos na pesquisa para a organização e disponibilização desses acervos – um debate que se estende e se complica com o advento e a inflação do digital.

Por suposto (ver a seção 3), não se tratou, para nós, de apostar na ampliação dos recursos (e na variedade dos meios e ferramentas) digitais de computação e

comunicação como em si mesma ‘democratizadora’ ou ‘simetrizadora’. Ao contrário. Pudemos nos valer da multiplicidade de formas de registro e interação disponíveis e das transposições possíveis entre encontros, lembranças e feedbacks, mensagens, imagens, documentos, voz, legendagens, cartografias, etc. e colaborar numa ocupação singular na infosfera (cf. Dinola; Abreu, no prelo - ver nota 16 sobre APIB). Queremos sugerir a ideia de que essa ocupação se dá como território virtual (memória ativa, criativa) do grupo patrimoniador, em função da posição discursiva, intelectual e também existencial dos interlocutores; sua presença e atuação no campo se dão em várias modalidades de composição de pesquisa e participação guiadas por e identificados com os grupos e as manifestações em patrimoniação.

Em outras palavras, tratou-se de produzir para a “infosfera” (Logan, 2012) ‘memórias de pesquisa’ de qualidades e significados singulares: dada a inseparabilidade, mas não indiscernibilidade de afetos e ideias, de processos de participação e de observação-conceitualização, ao mesmo tempo são ‘pedaços’, ‘amostras’, índices – e não só ‘representações’ – dos processos (e seus feedbacks positivos) de pertencimento, estudo, trabalho, reflexão e resistência. São muito significativos e precisos, a esse respeito, os trechos relativos ao “encontro com a pesquisa” que estão na página das “Matrizes do Samba no Rio de Janeiro”. Assumindo a iniciativa do processo e conduzindo a seleção de materiais – o que entendemos aqui como protagonismo memorativo –, Nilcemar Nogueira,<sup>10</sup> Desirre Reis,<sup>11</sup> e Caio Sérgio de Moraes,<sup>12</sup> ao relatarem seus respectivos encontros com a pesquisa, trazem em comum, junto com a narrativa de uma experiência individual, ‘em primeira pessoa’, que costuma/va caracterizar de modo explícito os textos etnográficos, um ‘outro eu’, indiscernível, porém sem confusão (cf. Goldman, 2021:10 e seguintes), daquele que se constrói no processo de descoberta ou descortinamento ‘objetivos’ (mas não objetificantes) do próprio ‘mundo cultural’: os vínculos territoriais, intergeracionais, carnavalescos etc. evocados. E isso como parte da própria experiência de ser o mundo

---

<sup>10</sup> Doutora em Psicologia Social pela UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. Fundadora do Centro Cultural Cartola, onde atuou como Diretora Executiva. Idealizadora do Museu do Samba.

<sup>11</sup> Doutoranda em Museologia e Patrimônio pelo PPG-PMUS/Unirio/Mast. Mestra em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Graduada em História pela UFRJ. Colaboradora no Museu do Samba e coordenadora no projeto Territórios Negros (Instituto 215 | NEGRAM/UFRJ).

<sup>12</sup> Doutorando em História no PPGH da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2017). Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2013). Membro do ÈGBE (Grupo de Pesquisa sobre Afro Religiosidades). Pesquisador do Museu do Samba (RJ).

nativo – herança, legado, convívio – que amplifica e frutifica a trajetória individuadora em ressonâncias com memórias coletivas. E essa trajetória, por sua vez, ao se tecer com uma formação universitária e uma atuação de pesquisa e socialidade, faz ressoarem conceitos e afetos mais ou menos próximos/distantes da experiência (cf. Geertz, 1989)<sup>13</sup>.

Durante as reuniões realizadas entre a equipe técnica do Observatório e os três pesquisadores parceiros, tornou-se explícita a preocupação central no processo de patrimonialização das “Matrizes do samba no Rio de Janeiro”, liderado, na época, pelo Centro Cultural Cartola, atual Museu do Samba – instituição à qual os três estavam então vinculados. Tratava-se da construção de um “centro de memória” onde o “povo do samba” seria entendido e tratado como sujeito (não objeto) do conhecimento e como [inventor-] “mantenedor de sua cultura” (no caso, sambistas), sem ser tomado como apenas ‘portador’ ou ‘fazedor’, isto é, sem resíduos de objetificação.

Em evento realizado em dezembro de 2022, na UNIRIO, para a apresentação das novas páginas do Observatório, dentre elas a dedicada às “Matrizes do Samba no Rio de Janeiro”, Nilcemar Nogueira iniciou sua fala com o samba-enredo da Mangueira, do carnaval de 2019, intitulado “História para ninar gente grande”: “Brasil, meu nego / Deixa eu te contar / A história que a história não conta / O avesso do mesmo lugar / Na luta é que a gente se encontra”<sup>14</sup>

Chamando a atenção para o contexto de encaminhamento do samba como patrimônio, a sambista-pesquisadora frisou o entrelaçamento entre os processos de pesquisa, luta política, representação social e identidade. “O que é o samba?”–“É um produto da indústria cultural? Uma forma de expressão? Uma dança? Uma sociabilidade? Um modo de viver? Uma luta de resistência? *Quem, afinal, conta a história do samba?*”. E prosseguiu: “temos que afetar, estamos em um campo de luta”.

Visando à salvaguarda coletiva da ‘manifestação cultural’, o processo de patrimonialização das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro – e mais especialmente a criação do Museu do Samba, ocorrida no cerne desse processo – foi iniciado e todo conduzido por sambistas-antropólogos, sambistas-historiadores: “nós” de uma rede de outras primeiras pessoas no plural, que não estão mais no regime imaginado do “uníssonos” (cf. Naves, 2010). Segundo Nilcemar, a patrimonialização é marcada pelo

---

<sup>13</sup> O vocabulário dos devires (dever-pesquisador do nativo, dever-nativo do pesquisador), talvez possa ser mais adequado do que o culturalista (inegavelmente útil); isto é, para marcar menos um trabalho de descrição-compreensiva-interpretativa (“densa”) de um *outro*, do que um desapego das intenções ou autoridade classificatórias (sociais) ou autenticadoras (culturais). (Voltaremos a isso na parte 5).

<sup>14</sup> Composição: Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá, Deivid Domênico, Danilo Firmino. Enredo: “História Pra Ninar Gente Grande” (2019).

protagonismo do próprio “detentor” e da construção coletiva da comunidade do samba e dos “pesquisadores nativos”. Como exemplo das várias dimensões desse protagonismo e de seus efeitos para dentro da própria ‘comunidade cultural’, destacou-se o projeto político-pedagógico do setor educativo do Museu do Samba, idealizado e gerido por Nilcemar, caracterizado pela mesma como “espaço de memória” do samba comprometido com a responsabilidade social.

Para Tadeu Kaçula,<sup>15</sup> interlocutor que está à frente da página “Pequena África Paulistana”, e que também tem uma posição de pesquisador-nativo/ pesquisador-negro/ pesquisador-sambista, trata-se, similarmente, de (re)contar a história do bairro da Casa Verde, região da Zona Norte de São Paulo: um modo de falar sobre a presença negra na cidade e, ao mesmo tempo, “redescobrir a sua história, assim como a de muita gente”<sup>16</sup>. *Casa Verde – uma pequena África paulistana* é o título do seu livro, lançado em 2020, que faz referência a um “território negro”. Na página relativa a esse processo de patrimonização, Kaçula inscreveu/transcreveu um trecho de samba: “Esse é o bairro em que vivo / onde eu sempre vivi / é a Casa Verde querida / pedaço onde eu nasci...”<sup>17</sup>.

Assim, no que se refere à nossa interlocução com os pesquisadores que se posicionam como nativos/ negros/ sambistas, de forma mais direta, eles apresentaram suas relações de identidade vinculando-as conceitual e experiencialmente às atuações no universo pesquisado, ressignificando suas trajetórias acadêmicas e legitimando sua produção de conhecimentos sobre o tema – processo entendido também como parte de uma ação de “afirmação”.

Como contexto socio-histórico de todo este debate, a implantação das políticas de cotas e o paulatino combate às desigualdades étnicas e raciais da população universitária brasileira, a partir de meados dos anos 2000, vêm gerando protagonismos

---

<sup>15</sup> Sambista, sociólogo formado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Mestre e Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP), Coordenador executivo da UNAFRO - Universidade Livre de Sociologia e Comunicação Afro-brasileira, Coordenador nacional da NFNB - Nova Frente Negra Brasileira, membro do grupo de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação (CELACC - USP), membro do grupo de estudos Griô de Culturas Populares e Educação da Universidade Federal da Bahia - (UFBA), autor do livro *Casa Verde, uma pequena África paulistana* e autor convidado no livro *Cultura Política nas Periferias – estratégias de reexistência*.

<sup>16</sup> Comunicação pessoal, em reunião remota com a equipe do Observatório, 17/02/2022.

<sup>17</sup> Trecho da música “Casa Verde Querida”, de 1979, de autoria dos sambistas e compositores “casaverdenses” José Paulo, Ezequiel e Mestre Paulo, denotando todo o amor e satisfação de morar em um dos bairros mais importantes de São Paulo” (Página do Observatório, *Pequena África Paulistana*, 2022). Anotamos aqui que a constelação de evocações do “pedaço em que nasci” marca esse outro sentido de condição *nativa*, que não está (ou não necessariamente) amarrado ao nativo no modo do ‘outro-objeto’/‘outro-informante’ da antropologia clássica (isto é, moderna/modernista), e sim ao de partícipe de “teorias etnográficas” das culturas.

significativos no interior dessas instituições por parte de grupos e comunidades antes subalternizados ou invisibilizados. Falamos de uma ‘ocupação’ responsável por debates epistemológicos fundamentais para o processo de (re)validação de epistemologias indígenas, afro-brasileiras e as oriundas de comunidades tradicionais, em que diferentes práticas de existência/resistência, organização e autoconhecimento passam a ser tomadas como formas de produção de ciência.<sup>18</sup>

Nesse sentido, valorizar e mediar a atuação de e a comunicação entre ‘pesquisadores-nativos’, seus trabalhos de pesquisa e seus acervos etnográficos, pode operar uma transmutação entre a simples *ferramenta de circulação* e o *meio de produção* de conhecimentos oriundos da articulação entre diferentes práticas e agentes. Um conjunto de outras miradas, ativas neste território coberto pelo chamado ‘sudeste brasileiro’, passa, pois, a ser implicado: trata-se não da expressão sudestina hegemônica, mas de produção, circulação e efetuação de memórias performativas, de “narrativas autóctones” (Taylor, 2013) que, do mesmo modo em que vêm ocupando lugares nas universidades, ao reconfigurarem os saberes antropológicos e históricos redefinem as legitimidades nos debates culturais, nos espaços de construção de agendas políticas e nos conflitos e remanejamentos socioambientais, inclusive urbanos.

Convidado por nós para, na qualidade de interlocutor/ parceiro, compartilhar seu acervo de pesquisa com o Observatório, Tadeu Kaçula concebeu o novo espaço virtual como uma forma de ampliar a rede e fortalecer os elos de um processo que ele denomina “aquilombamento”<sup>19</sup>. Aquilombar a cidade significa, junto com retrair a resistência cultural negra, resgatar a contribuição e o legado desta na formação intelectual, cultural e material de São Paulo, apagada das narrativas oficiais e dos espaços culturais do maior centro urbano do Brasil, majoritariamente “ocupados pelos brancos” (principalmente a partir da valorização unidirecional da figura dos imigrantes europeus) na modernização acelerada, que expulsa a população negra aos subterrâneos e periferias também da história e da imaginação “nacionais”. Na construção ‘nativa’ de um “patrimônio, o pesquisador narra (e compartilha) uma história que vem “dos batuques ancestrais à urbanização da cultura afro-paulistana”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Nesse processo, o ‘outro’ ocupante do lugar de ‘objeto’ incluído à revelia nos pactos universalistas, passou também a ser tomado como sujeito ativo de conhecimento, fundamental para o seguimento de uma “descolonização epistêmica” (Carvalho; Flórez, 2014). Referimo-nos, portanto, às críticas a certos modelos ocidentais de ciência que por tanto tempo contribuíram/ contribuem para sectarismos teóricos vários, muitas vezes tratados como ‘cânones’.

<sup>19</sup> Comunicação pessoal, em reunião remota com a equipe técnica do Observatório, em 17/02/2022.

<sup>20</sup> Cf. Página do Observatório, Pequena África Paulistana, 2022. Acessada em maio de 2023.

Essa busca nos conduz a uma narrativa que remete, simultaneamente, às ideias de permanência/continuidade (dos “batuques ancestrais”) e de ruptura (urbanização da cultura), ambiguidade ativa no conceito-imagem de *matriz*, este elemento tão presente na chancela do patrimônio, inclusive no que se refere aos processos vinculados ao mundo do samba e da musicalidade: “matrizes” do samba do Recôncavo baiano (o primeiro a ser patrimonializado); “matrizes” do samba no Rio de Janeiro.

Matriz é uma palavra que pode se associar a dois campos de valores ou orientações por vezes opostos, no que concerne às polaridades modernas: o de fonte geradora viva e orgânica, da ‘continuidade’ dos “meios de memória” (Nora, 1993); ou o de um arranjo ou molde fixo, capaz de produzir imagens ou figuras de si, reiteradamente. No vocabulário e na retórica das pesquisas e patrimonializações do samba com que tivemos interlocução, tal ambivalência não é contraditória, tem a ver com a ‘mão dupla’ ou a ‘dupla face’ entre performance e inscrição/registro, entre “arquivo e repertório” (Taylor, 2013), entre música/dança, ritual/espetáculo, e discurso/pensamento (Small, 1998). Tem a ver com valor atual (patrimonial) de vínculos originários e também com poder virtual (matricial, gerativo/regenerativo) das performatividades recebidas/transmitidas por legado – o que reafirma o princípio de memória, a constante recriação do passado a partir da reinterpretação criativa e consciente da cultura por parte de seus agentes.

O samba, como ‘manifestação cultural complexa’ e ‘complexo de manifestações culturais’ que advêm de e/ou dialogam mais ou menos diretamente com diversas tradições afro-brasileiras e seus modos constitutivos de musiciação-rexistência<sup>21</sup> não é em si (em suas muitas dimensões de socialidade, temporalidade, corporalidade, etc.) registrável; por isso, patrimoniá-lo é inscrever (cartografar, etnoautografar) suas matrizes, ‘matriciá-lo’. Sabida e assumidamente referidos à tradição oral, mas inequivocamente sem estranheza nem passividade em relação a letramentos, sambistas-pesquisadores se articulam entre si ou com (e, cada vez mais, *como*) agentes do Estado, da indústria cultural e nas universidades, ativando múltiplas mediações que passam pela produção escrita e digital da cultura e do conhecimento, sem implicar enfraquecimento da potência performática, expressiva, festiva, celebratória, libertária.

---

<sup>21</sup> Por musiciação entendemos, com Christopher Small (1998), uma ‘ecologia mental’ inextricável, de cantos e sons, danças e observação participatória, um modo de sociabilidade com e em torno dos sons; por resistência, uma ecologia social ou autopoesse de resistência (cf. Viveiros de Castro, 2019).

Acreditamos que foi para orientar-nos nesta direção que Desirree e Nilcemar, em uma das reuniões com a equipe técnica para as páginas do site do Observatório, sublinharam a relevância dos “acervos construídos na primeira pessoa” (Nogueira; Reis, 2022)<sup>22</sup>.

Em outras palavras, tal ênfase na articulação de memórias sociais e ‘culturas memoriais’, de saberes performativos e ciências ditas “sociais” ou “humanas”, a partir de experiências subalternas/insubmissas foi para nós uma forma de aprender a aprender<sup>23</sup> a patrimoniar. Essa mudança de perspectiva foi performada diretamente no trabalho conjunto de composição das páginas do Observatório, pelos ‘pesquisadores-nativos’ que nos reorientaram para modos ‘não infocêntricos’ de pensar as ideias de ‘autenticidade’ e de ‘funcionalidade’ *dos acervos de pesquisas* – e, por isso, para outras relações com a digitalidade. A atuação direta desses pesquisadores-nativos (como parte do grupo) na escolha e composição do material disponibilizado para e pelo Observatório entendida e experimentada em comum como manifestação e conhecimento institutivos/constitutivos – não só reflexo ou representação – de sujeitos ou subjetividades reativadores de discursos, de direitos, e de memórias. (Tentaremos mostrar na seção 5 do artigo, que essa reperspectivação é também mudança de paradigma, na medida em que vai além dos protagonismos patrimoniais.)

Tal transformação ressoa diretamente na atuação de Bárbara Pereira, que já foi nossa colega no PPGMS Unirio, durante seu doutorado, e que passou a contribuir com o Observatório a partir do material produzido em sua tese, “Pé, cadeira e cadência: trajetórias e memórias de mulheres passistas de escolas de samba do Rio de Janeiro. Meu samba, minha vida, minhas regras” (Pereira, 2019)<sup>24</sup>. Ao longo das muitas

---

<sup>22</sup>Do ponto de vista do argumento das autoras no artigo citado e do argumento (distinto, mas dialogante) deste artigo, não é irrelevante anotar aqui que essa noção constava também nas principais anotações de campo, que havíamos escolhido trazer para este trabalho [“Nilcemar Nogueira e Desirree Reis, comunicação pessoal, em reunião remota – 16/06/2022”]. Nesse sentido é que entendemos que houve uma comunicação intercultural/interdisciplinar, na medida em que a autoria do argumento (no artigo referido) e da prática (refletido nas nossas anotações nos encontros de trabalho) estão ‘documentadas’ como material acadêmico disponibilizado *na 1ª pessoa*. Essa então é, em nosso argumento, a ‘cientificidade adequada’ para a relação metaetnográfica: ela se dá como testemunho ou aprendizado com uma ‘metamestria’ de patrimoniação. Assim também, similarmente, nos pareceu estar indicando Caio Sergio de Moraes, por exemplo quando explicou: “No museu [do samba], eu sou afetado em diversas frentes: eu vou fazer pesquisa, e eu posso contribuir em frentes de formação de agentes culturais, mas eu também compreendo que isso faz parte da minha história.”

<sup>23</sup> Cf. RIBEIRO, Sidarta. *Sonho manifesto: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico*. Companhia da Letras. 2022.

<sup>24</sup> Bárbara também é autora de outros livros sobre samba, entre os quais *Mocidade: cadernos de samba, estrela que me faz sonhar* (Pereira, 2013).

conversas com a equipe técnica do Observatório e no processo de seleção e organização do material digitalmente disponibilizado, ela sustentou e performou documentalmente o compromisso com suas interlocutoras de pesquisa. Atividade que funcionou como prosseguimento de sua pesquisa e exercício compartilhado de construção de memória.

Não se tratava apenas de ‘dar voz’ ou ‘escuta’, mas de revisitar seu acervo de pesquisa como forma de interagir com as demandas atuais sobre o tema. A opção de Bárbara Pereira decorreu de considerar que esse processo deveria ser construído em diálogo com suas interlocutoras, sendo as escolhas (e os consentimentos) das passistas das escolas de samba fundamentais para a edição e a disposição de seu material de campo. Isso se evidencia no resultado do vídeo que condensa as várias entrevistas realizadas com as passistas, denominadas naquele trabalho como as “detentoras do samba no pé”, uma expressão que, como ela afirma, “carrega múltiplos sentidos indo muito além do mero clichê, de acordo com o próprio Dossiê Matrizes do Samba do Rio de Janeiro”. Como diz o título do vídeo fabricado nesse diálogo e disponibilizado pela pesquisadora, agora “as passistas pedem passagem” para a construção de sentidos e significados sobre seu papel no universo do samba. Entendemos que esse pedir passagem tem intensidades e nuances de significação associadas diretamente ao samba e ao carnaval, expressando um movimento insurgente no protagonismo narrativo (cf. Nogueira; Reis 2022, especialmente p.274-278, posto em pleno exercício na página em questão. Insurgente no sentido de que, para muito além de ‘falar sobre si’, articula resistência e existência (resistir como modo de existência, existir como forma de resistência – autoridade e autoria da própria história (idem, ibidem), como indicado desde o título da tese sobre as passistas.

Bárbara, como pesquisadora em memória social, aciona também a condição de ‘nativa’, de pertencente ao universo pesquisado; mas como ‘não detentora’, sua participação no Observatório traz uma elaboração de saber que dialoga simetricamente com o de suas interlocutoras, ativas na posição de detentoras-pesquisadoras. Desse ponto de vista singular, fica ilustrada e demonstrada, a nosso ver, a confluência, sem fusão, mas em diálogos, entre a perspectiva do “gesto patrimonial” e a do “ato compartilhado”. Por um lado, a pesquisa com as passistas enquanto detentoras e performadoras da dança do samba subscreve e dialoga com as indicações e ênfases do dossiê relativo ao registro (das matrizes) do samba, e assim acompanha a lógica do gesto instituinte de atribuição de valor comum (de interesse público), de disposição para a salvaguarda de certos “bens” e preservação de tais valores, assim como da

capilaridade dessas operações (cf. Abreu, 2020: 254-257). Por outro lado, a constituição e produção de um acervo de pesquisa ‘em primeiras pessoas’ se dá em ressonância positiva com as dimensões coletivas e descolonizatórias dos empoderamentos narrativos (cf. Nogueira; Reis, 2022). Acreditamos que nesse aspecto (do contar a própria história como “ato de descolonização”) está o cerne do argumento. Ao ser conduzido numa plataforma do tipo observatório, de institucionalidade universitária interdisciplinar, o processo patrimonizador (isto é, de ‘colocar em patrimônio’) voltado especificamente para a dança do samba se deu como um ato compartilhado que conecta múltiplas instâncias, escalas e aspectos, fazendo da (sua página na) plataforma-observatório uma parte ou extensão da patrimoniação do samba por seus detentores.

Uma última observação, a esse respeito, concluirá esta seção para ser retomada de outro ângulo na seguinte. O que consideramos como atos compartilhados de produção de acervos e repertórios responde plenamente à ‘intenção do gesto’ patrimonial, ‘instituinte’ do valor, no sentido de que preenchem de conteúdos culturais coletivos e efetivos a ‘forma’ desenhada a partir das diretrizes dos inventários e dossiês (que por sua vez poderíamos considerar como formas frouxamente, mas não irrelevantemente, etnográficas). Por outro lado, não há correspondência de perspectivas, na medida em que o horizonte (crítica e anti-etnocentricamente) universalista do gesto patrimonial, de matriz moderna, não é *premissa* de valor comum; em outras palavras, as formas e saberes de memória ativados nas próprias manifestações culturais, assim como nas narrativas e pesquisas, nos dossiês e suas reelaborações nativas, estão referidos a experiências etnohistóricas e a solos epistêmicos distintos, quando não incomensuráveis – e essa condição mesma é considerada um valor (não mapeável na chave da simples diversidade).

O parágrafo de abertura na página das Matrizes do Samba sintetiza a resposta ao gesto, na medida em que define inicialmente o que este intenta recortar, ao mesmo tempo que o torna inapreensível numa chave que não seja de insurgência narrativa. “O samba é um movimento de afirmação, resistência, luta pelo direito de cidadania e contra o racismo, liderado por pessoas negras no pós-Abolição no Brasil.” (<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/matriz-es-do-samba-no-rj>). Nesse sentido dialoga com os aparatos e dispositivos do Estado-nação. Mas sua patrimoniação por atos compartilhados assume uma radicalidade minoritária,<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Isto é, na medida em que envolve potências narrativas e existenciais de corpos e ancestralidades racializados, genderizados/sexualizados, em condição feminina e operária ou, como agudamente indica

quando se dá ênfase a “estratégias para instrumentalizar sambistas na geração de novas fontes primárias do samba e na salvaguarda dos bens titulados” (Nogueira; Reis, 2022)<sup>26</sup>, e quando a história assim “contada e documentada, tendo detentores como protagonistas e agentes da salvaguarda de seus patrimônios culturais” (Id.:276), participando da “construção de acervos como instrumentos de poder e justiça”, é meio de realização de “uma das operações mais importantes de reparação e de afirmação da ancestralidade africana” (op.cit.:287).

### **Desconstruções e novas afirmações: “cultura” em tempos de reparações**

A cultura brasileira e suas instituições são, por si, a própria democracia. Atacar as instituições culturais, o Ministério da Cultura, é atacar a própria democracia. (...) Não por caso, o Ministério da Cultura é atacado apenas quando a democracia foi atacada (...) A cultura é ativo da democracia e da justiça social no Brasil. É a via por onde grupos subalternizados puderam se afirmar no Brasil (...). Nós temos – e isso se inscreve na democracia brasileira e nas institucionalidades brasileiras – um defeito de origem: essas instituições brasileiras têm um conteúdo de elite. E nós precisamos ir na gênese desse conteúdo! Há um conjunto de regramentos que são importantes, mas que, de algum modo, fazem com que a política pública chegue a pouquíssimos lugares, reproduzindo ou acentuando desigualdades históricas. Então, sabemos que o primeiro ciclo de promoção das políticas públicas da cultura, embora importantíssimo – e não estamos fazendo aqui uma análise de valor – (...), reproduziu a superconcentração do investimento nos centros urbanos do Sudeste brasileiro, no centro das capitais (...) Este Ministério [da Cultura] revivido, este Ministério renascido (...) traz a força ancestral do que somos e acumulamos desde a recuperação da memória originária e do povo preto brasileiro (...). Nós não podemos ser um Brasil dos centros urbanos, um Brasil dos centros dos centros, dos centros das capitais do sudeste brasileiro. Nós precisamos ser um Brasil, esse, que é múltiplo, diverso, que se manifesta com potencial (...) E nós precisamos reconhecer a vocação de municípios, estados, União a partir de suas força e potências, e não a partir daquilo que nos restringe.

O longo trecho transcrito acima faz parte da aula inaugural proferida pela atual presidenta da FUNARTE<sup>27</sup>, Maria Mariguela, para os programas de Pós-Graduação de Música e de Artes Cênicas da Unirio e da UFRJ, em abril de 2023<sup>28</sup>.

---

Barbara Pereira, para além do clichê, possuir a dança do samba no pé “envolve questões-chave como ancestralidade, sociabilidade e pertencimento”.

<sup>26</sup> O que por sua vez se dá em resposta a prescrições de “formar pesquisadores dentro das diversas comunidades(...) para que a coleta o registro e a análise (...) sejam feitas pelos próprios atores e seus grupos... e que (...) sua história possa ser contada por eles mesmos” (IPHAN, apud Nogueira; Reis 2022), de modo que essa história possa ser “contada e documentada, tendo detentores como protagonistas e agentes de salvaguarda de seus patrimônios culturais” (Nogueira; Reis, 2022).

<sup>27</sup> Por “atual” queremos dizer, obviamente, que o momento da elaboração e escrita deste artigo se deu/se dá no tempo do exercício do cargo; mas esta nota serve também para desobviar o significado forte, mais que meramente ‘conjuntural’, de recriação de um ministério da cultura.

<sup>28</sup> Aula inaugural do PPGM/UNIRIO, PROEMUS/UNIRIO, PPGAC/UNIRIO, PPGM/UFRJ e PROEMUS/UFRJ, ocorrida no dia 05 de abril de 2023, na Sala Villa-Lobos (UNIRIO). O evento também contou com a presença da diretora de música da FUNARTE, Eulícia Esteves.

Uma escuta (e transcrição e leitura) atenta das palavras de Maria Mariguela nos chamou a atenção e nos ajudou a refletir sobre os tipos de mudanças que afetaram as concepções e premissas das políticas públicas do Estado-nação voltadas à cultura e especialmente ao patrimônio cultural. Ao mesmo tempo nos desafiou a pensar sobre as ações e os efeitos dessas políticas no que concerne à valorização de protagonismos de povos e grupos subalternizados no Brasil, levando em conta, portanto, a presença de uma diversidade cultural cada vez mais percorrida por uma multiplicidade de pontos de vista narrativos (ou ‘enquadramentos’, para falar em vocabulário clássico de memória social) nem sempre expressável em (ou representável por) ‘signos identitários’ vinculados a um recorte político de nação.<sup>29</sup>

Mariguela parece estar em consonância e correspondência com Nogueira e Reis quando põe ênfase no protagonismo do povo preto – e o está afirmando, no interior do poder executivo, isto é, no lado da definição e execução de políticas públicas, e numa chave de alargamento e pluralização do ‘nacional’, oposta a qualquer suposto estreitamento identitário. Entendemos que também ela associa, à sua maneira, o ‘ato compartilhado’ ao “ato de descolonização”, fazendo um ‘chamamento à democracia’ que, a nosso ver, responde e corresponde ao da frase-pórtico da página relativa às Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: “O samba é um movimento de afirmação, resistência, luta pelo direito de cidadania e contra o racismo, liderado por pessoas negras no pós-Abolição no Brasil”. O compartilhamento de aprendizados de resistências culturais se projeta ou aplica, nesse novo plano de protagonismo, à proposta de gestão descolonizadora das políticas do aparato de cultura do Estado-nação.

Sendo assim, não podemos deixar de reconsiderar as diferenças em relação ao projeto utópico traçado no período de institucionalização do assim chamado “modernismo brasileiro”. Tal projeto (vinculado paradoxalmente ao paradigma ocidentalista da modernidade-modernização) foi protagonizado por intelectuais movidos por uma sensibilidade romântica à cultura popular e por uma ‘missão iluminística’ ou desconfiança teórica em relação à cultura de massa. Buscava-se, através da chamada ‘alta cultura’, uma espécie de ‘elevação’ das manifestações populares como forma de construir uma ‘tradição cultural brasileira’<sup>30</sup> que, posteriormente, viria (ou poderia vir) a

---

<sup>29</sup> Sublinhamos, no trecho em questão, a passagem que fala em “Brasil múltiplo, diverso, com potencial” para marcar que não se está reiterando (nem desvalorizando) a diversidade inventariada e salvaguardada, e sim associando-a à multiplicação e potenciação dos pontos de vista não alinhados às metanarrativas históricas e antropológicas, tal como acompanhamos na seção 4 do artigo, acima.

<sup>30</sup> É importante ressaltar como a expressão do binarismo marca o pensamento moderno (Anderson, 2008 [1983]), tornando certas dicotomias fundamentais para a construção da ideia de ‘autenticidade’ que

se tornar uma espécie de ‘síntese da nação’ – cada vez mais questionada atualmente, em função de sua perspectiva “ocidentalista”, de seu caráter hegemônico, e de sua vinculação à “ideologia da miscigenação” (Velho, 2018; cf. tb. Velho, 2007), isto é, ao paradigma da mistura como valor de originalidade nacional (e da diversidade das manifestações culturais como sua expressão).

No que se refere mais diretamente às políticas patrimoniais, é possível afirmar que, desde os anos 1930, várias e sucessivas reordenações também ocorreram, com atualizações, releituras e críticas, nos planos conceitual, institucional e jurídico-político. Mas em vez de ‘rotinizar as mudanças’, cabe-nos observar que este ‘paradigma modernista’ vem sendo mais recentemente revisitado e questionado (deixando, portanto, de ser hegemônico) pelas novas atuações e protagonismos de grupos subalternizados; e isso se dá, muito significativamente (mas não exclusivamente), a partir das produções acadêmicas vinculadas ao tema das políticas patrimoniais. Ou seja, há repertórios do Estado-nação que vêm sendo (re)apropriados e/ou deslocados, superados, por outros agentes, que se afirmam/confirmam de modo contestatório ou resistente à metanarrativa e à concretude dessa hegemonia. Essa questão se refina e intensifica, estrategicamente, com a retomada, no início de 2023, da democracia social e dos valores da Constituição de 1988. A posição da presidenta da Funarte, a nosso ver, afirma o componente de continuidade que há nessa retomada, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de uma ruptura.

Se até meados da década passada estavam em curso processos de mediação inter e multiculturais nas políticas públicas de “reconhecimentos” (de identidades e direitos múltiplos) e “redistribuições” (de recursos socioeconômicos) (cf. Montero, 2012), neste cenário atual de participação desses grupos na estrutura do estado-nação (por exemplo, nos novos e renovados ou reconstruídos ministérios, inclusive mas não só o da cultura), já é possível observar (participativamente) que a reativação desses processos se dá agora numa chave dos protagonismos e de reparações históricas que não se fazia tão explícita e concreta em meados da década de 2010.

Ao passo que o paradigma moderno (ou modernista institucionalizado) de patrimônio cultural valoriza as ‘essências’ das culturas e cosmologias supostamente não

---

norteou o pensamento modernista brasileiro: litoral/sertão, cidade/interior, morro/asfalto, centro/periferia (cf. Rezende, 2002). Apesar de ter como base o emprego da força simbólica de uma ‘diversidade brasileira’, ao buscar para esta construção certas ‘origens’ e ‘raízes’, este paradigma modernista que, posteriormente, seria associado à ‘síntese hegemônica da nação’, teria se dirigido (e se limitado) ao mapeamento e valorização de expressões populares classificadas neste cenário como ‘autênticas’, principalmente por seu caráter ‘rural’ (em oposição ao urbano).

modernas, para preservá-las de ‘perdas’ e ‘homogeneizações’, por exemplo, por meio de mapeamentos e valorizações de expressões populares classificadas como “autênticas” –, deu-se, no pós-1988 e principalmente na primeira década do século XXI, um “deslocamento” das afirmações culturais (inclusive, mas não só, pelo viés da patrimonialização ou de territorialização, etc. ) para circuitos complexos de mediações entre Estado, sociedade civil e os “objetos” das ações de “reconhecimento e redistribuição”.

O artigo de Paula Montero, de 2012, intitulado “Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público” (2012), oferece retrospectivamente uma excelente referência quanto a isso, por acompanhar tal “deslocamento” para o ‘multiculturalismo’, propondo um exame dos “processos de mediação” e buscando compreender “o campo das relações simultaneamente prático-discursivas no qual, por meio de comparações, traduções, reconstituições históricas, codifica-se uma forma particular de pertencimento” (Montero, 2012: 86), tornando plausíveis (e legítimas), certas “categorias sociais de autodefinição” (idem).

No artigo, Paula Montero, refletiu sobre a complexidade da política institucional brasileira de autodeclaração e reconhecimento de indígenas e quilombolas, defendendo a ‘des-invisibilização’ de importantes processos sociais e políticos que foram fundamentais nessas construções identitárias. Sob essa perspectiva, ela também sublinhava como a noção de ‘cultura’ se apresentou como um “ativo” (social e político) – tal como, por exemplo, acionado por Maria Mariguela –, para a afirmação de grupos subalternizados no Brasil. Deparamo-nos, como nos lembra Paula Montero (2012) ao citar Manuela Carneiro da Cunha, com “os processos, as questões e as transformações implicados no ajuste e na tradução da categoria analítica de cultura em instrumento político” (Cunha, 2009: 313 apud Montero, 2012:86).

O olhar retrospectivo, de memória social, permite discernir o diferencial do momento, ou seja, esse novo, suplementar deslocamento em relação ao que esteve em vigor há uma década. Retoma-se ‘exatamente’, por assim dizer, o que estava em processo então, mas agora com outros protagonismos (descolonizados, não ‘sudeste-cêntricos’) e trazidos para um outro patamar intercultural na relação com o estado-nação.

É nesse sentido que as atuações dos pesquisadores-nativos referidos neste trabalho, por meio de “atos compartilhados”, afirmam as ações coletivas e emancipatórias de grupos não apenas ‘tutelados’, mas também submetidos a um

contínuo e, ainda evidente, processo de silenciamento e/ou apagamento. Nos referimos aqui, à atuação de agentes (e de grupos) na luta por direitos, inclusive por direito à memória, inclusive o de narrar a própria história, com os desempenhos e as ocupações na Universidade resultando não apenas num movimento de ressignificação, mas se configurando como ato político que não deixa de dialogar com o aparato do estado, mas agora, como parte de uma política mais ampla de reparação histórica (o que abrange de cotas a ministérios, passando por patrimonializações, como temos testemunhado nos trabalhos do Observatório).

Se entendermos também que com a mediação “fronteiras são cruzadas e mesmo flexibilizadas, transformando padrões tradicionais [ou instituídos] de relacionamento” (Velho, 2001: 24)<sup>31</sup> então este movimento de ‘ocupação’ de espaços (públicos e privados, reais e virtuais, institucionais e militantes), de produção de conhecimentos e de construção de memórias coletivas e sociais também vem se apresentando, no mundo globalizado (ou ‘planetarizado’), como atuante e ‘efetuante’ na compreensão e na valorização das *singularidades* das dinâmicas e das transformações culturais, práticas fundamentais para reorientações epistêmicas (cf. Carvalho; Flórez, 2014 ).

## Conclusão

Podemos, com isso, retornar às reflexões sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste. Vimos que é importante dar atenção à maneira como as atuações dos agentes no ‘ambiente colaborativo’ do, ou produzido no, Observatório já podem estar operando como ferramentas de afirmação/transformação social, de ocupação e redefinição de espaços (especialmente os universitários, junto de seus instrumentos), e de lutas (cosmo)políticas.

Em conexão com isso é que voltamos a sublinhar que a atenção às práticas de mediação também remete à dinâmica híbrida que compõe uma “rede” e, mais precisamente, à associação entre atores humanos e não humanos,<sup>32</sup> funcionalmente simétricos na teoria do ator-rede de Bruno Latour. Diferentemente do “intermediário” – aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los –, os mediadores, que não

---

<sup>31</sup> Para a autora, foi o trabalho prático e simbólico dos “agentes mediadores” que tornará (e continuava tornando) possíveis e convincentes as construções de etnogêneses e ‘reconhecimentos redistributivos’ nas políticas públicas dentro da chave de certo pluralismo/multiculturalismo).

<sup>32</sup> Lembrando que os “não humanos” são tanto da ‘série natural’ quanto da série ‘técnica’, e que ambas as séries não são puras e distintas, nem do ponto de vista dos paradigmas não culturalistas, nem do ponto de vista de ‘teorias (ou metafísicas) nativas’.

se restringem a entidades ‘humanas’, “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (Latour, 2012:65).

Ao pensarmos a digitalização da cultura no portal do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, descolamo-nos de uma visão finalizadora sobre a tecnologia, de fundo positivista, que concebe sistemas fechados para o processamento da informação, supervalorizada enquanto ente autônomo e objetivo, “passível de transferência, armazenamento, recuperação” (Galvão, Saldanha, Menezes, 2022). Tal posicionamento não significa, todavia, uma postura tecnofóbica, de afastamento dos objetos técnicos como possíveis aliados do desenvolvimento científico e social. Nosso intuito passa por compreender a tecnologia, e a informação por ela mediada, relacionada às redes em que se insere, isto é, mobilizada e mobilizadora por/de projetos plurais, gestados na concretude das relações sociais que os desencadeia e os apropria.

Dessa forma, podemos compreender como as páginas do Samba no portal do Observatório não se estabelecem como um produto linear entre indivíduos pesquisadores e dados de pesquisa, transportados para a interface digital. Trata-se de um processo coletivo em que uma vasta rede sociotécnica aponta para múltiplas possibilidades para a informação, gestada nas interações. Os pesquisadores e apropriadores das páginas, por sua vez, passam a ser “compreendidos como seres que agem no mundo, interferem, desenvolvem distintas linhas de ação, tal como configurado pela noção de ‘práxis’” (Araújo, 2018: 63). E o sítio, como exercício/ato compartilhado de ação, que coloca em contato agentes e agentividades, materialidades e simbolismos, ultrapassa a ideia de repositório, aproximando-se mais da noção de dispositivo “por meio do qual a cultura e a memória coletiva são constantemente construídas” (idem: 64), transformadas e atualizadas.

O enquadramento da memória coletiva no artefato digital passa, então, a ser questionado pela imagem metafórica de um conjunto “vivo” de documentos – ou por processos de documentar - como território de interações incessantes entre comunidades discursivas distintas, imersas em realidades sócio-políticas também distintas, mas que se encontram/confrontam para a salvaguarda do Samba, como patrimônio cultural do Sudeste.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a informação organizada no portal não é capaz, em sua materialidade documentada, de “sintetizar” a força simbólica apreendida pela mediação desses agentes – bem como de seus repertórios, tempos e espaços – ela se torna um importante ponto de partida para a identificação dos “ pesos e

medidas” que as diferentes linguagens ocupam no processo de organização do conhecimento sobre essa expressão cultural, mas, sobretudo no contexto mais geral das políticas culturais, e especificamente na esfera da patrimonialização da cultura no país .

Para além de canais destinados à apresentação dos saberes em torno de uma expressão cultural coletiva, dos povos e territórios que criam/criaram o samba como resistência, podemos antever, desde a materialidade das páginas, a expressão de visões de mundo contra-hegemônicas. Da produção à multiplicação de ‘protagonismos narrativos’ de coletividades<sup>33</sup> como essencial ao pacto democrático (sob a Constituição de 1988), haveria um horizonte de pluralismo<sup>34</sup> que dependeria da capilarização das experiências e narrativas insurgentes via protagonismo nas políticas públicas, ampliando receptividades e ressonâncias com os deslocamentos epistêmicos-políticos. Por meio de narrativas insurgentes, ‘detentores-pesquisadores’, ‘nativos-pesquisadores’ (com a participação observante de instâncias colaborativas como o Observatório), podem atuar em direção a uma proposta de cultura radicalmente atrelada à democracia, não mais restrita à inclusão, mas apostando na “devolutiva” que virá, nos “juros dos juros” trazidos pelas reparações históricas.

---

<sup>33</sup> Especialmente as ligadas a etnicidades e etnogêneses e suas lutas por reconhecimento ou autonomia.

<sup>34</sup> Que nos parece compatível com o que Ailton Krenak tinha a dizer, retrospectivamente, em relação a certos aspectos ‘futuristas’ (para o dia depois de amanhã), e diretamente ligados à questão das multietnicidades, no desenho do patrimônio cultural proposto (com muitos ruídos conservadores) na Constituição de 1988.

## Referências

- ABREU, Regina. Futuros Imaginados: O Gesto Patrimonial e o conceito de "diversidade cultural". *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/23545-Texto%20do%20artigo-76382-1-10-20201211.pdf>
- ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina, FELIX, Rafael. Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “memoração” do patrimônio cultural. In: Graebin, Maria Gomes [et al] (org.). *Memória Social em Movimento*. Canoas –RS. Ed. Unilasalle, 2022. pp. 43-70.
- ALMEIDA, Marco Antônio; NOGUEIRA, João Robson. Mediações sociotécnicas, políticas e ação cultural: explorando territórios. *Perspectivas*, São Paulo, v. 43, 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo. Cia das Letras, 2008 [1983].
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. *ConCI: Conv. Ciênc. Inform.*, São Cristovão/SE, v. 1, n. 1, p. 45-70, 2018.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo. Brasiliense, 2012.
- BORGES, Fabiane. Zapatismo e tecnoxamanismo, 2016. Disponível In: <https://tecnoxamanismo.wordpress.com/2017/01/05/nas-sincronicidades-dos-movimentos/> Acesso em 18 de nov. 2017.
- BORKO, Harold. Information science: what is it? *American Documentation*, 1968.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENANCIB, 14, 2003, Belo Horizonte. *Anais*. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm) Acesso: abril de 2023
- CARVALHO, José Jorge de; Flórez, Juliana. Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocêntrico, *Nómadas*, n. 41, p. 131-147, 2014.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1998.
- DAMASCENO, Veronica. Notas sobre individuação intensiva em Simondon e Deleuze. *O que nos faz pensar*, v. 16, n. 21, p. 169-182, jul. 2007.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). *Memória e novos patrimônios*. 1. ed. Marseille. OpenEdition Press, 2015.pp. 47-66.

DINOLA, Sabrina; ABREU, Regina. Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. *Revista Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, no prelo.

FIGUEIRA, Monique. Os yanomami, cibernéticos como a natureza: notas a partir do materialismo dialético de Álvaro Vieira Pinto. *Revista Eptic*. v. 24, n. 1, 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós- socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006 [2001].

GALINDO, Marcos. et al. A Rede Memorial e sua missão informacional: sistemas memoriais e redes de colaboratividade. In: ENANCIB, 27, 2015, Belo Horizonte. *Anais*. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/189820> Acesso: abril de 2023

GALVÃO, Fernanda; MENEZES, Vinícios; SALDANHA, Gustavo. Os afetos nos artefatos da razão: caminhos críticos da verdade no Antropoceno. *Liinc em Revista*. v. 18, n. 1, 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. LTC editora. 1989.

GOLDMAN, Marcio. ‘Nada é igual’: variações sobre a relação afroindígena. *Mana*. v. 27, n.2, p. 1-39, 2021.

HARGREAVES, S. “Pós-extrativismo”. In KOTHARI, A.; A. SALLEH, A. ESCOBAR, F. DEMARIA & A. ACOSTA (orgs.) *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo. Editora Elefante, 2021.

KAÇULA, Tadeu. *Casa Verde: uma pequena África paulistana*. Editora LiberArts, 2020.

KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. *Convergencia*. Revista de Ciencias Sociales, Mexico, v. 13, n. 42, 2006, p. 73-93.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Baratin, M. & Jacob, C. (coord.) *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2000. p. 21-44.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social*. São Paulo. Edusc, 2012.

- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. 3. ed. São Paulo. Editora 34, 2013.
- LOGAN, Robert K. *Que é informação?* Rio de Janeiro. Contraponto e PUC-Rio. 2012.
- FERREIRA LIMA FILHO, Manuel. Cidadania Patrimonial. *Revista Antropológicas*, Ano 19, v.26, n.2, 2015, p. 134-155.
- MARTINS, Helena. *Comunicações em tempos de crise: economia e política*. São Paulo. Expressão Popular, 2020.
- MÉSZÁROS, István. *O Poder da ideologia*. São Paulo. Boitempo, 2007.
- MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. *Sociologia & Antropologia*, v. no 2012, n. 4, pp. 81-101.
- NAVES, Santuza. *Canção popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 2010.
- NOGUEIRA, Nilcemar; REIS Desiree. Patrimonialização e direito à memória do samba: um acervo em primeira pessoa. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 272-289, jul. 202
- PEIRANO, Mariza. “A alteridade em contexto: o caso do Brasil” in *A teoria vivida – e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PEREIRA, Bárbara. *Pé, cadeira e cadência: trajetórias e memórias de passistas de escolas de samba do Rio de Janeiro*. Meu samba, minha vida, minhas regras. 2019. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PUNTONI, Pedro. “Rede Memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil” In Göbel, B. y Chicote, G. (Ed.). *Transiciones inciertas: Archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut. 2017.
- RIHAN, Bianca; SALDANHA, Gustavo. Tecnicidade, teoria da informação e tradição: das potências de um novo mundo (informacional) possível. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 190-207, 2019.
- ROMANINI, Anderson; MIELI, Renata. A comunicação dominada pelas “big techs” digitais: superabundância informativa, espetáculo, alienação e fabricação de sentido no mundo algorítmico. *Revista Eptic*. v. 23, n. 1, 2021.

SALDANHA, Gustavo. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da neodocumentação. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 2013. p. 65-88.

SIMAS, Luiz. Antônio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: as ciências encantadas das macumbas*. Rio de Janeiro. Mórula, 2018.

SMALL, Christopher. *Musicking: the meanings of performing and listening*. Hanover, NH: Univ. Press of New England, 1998.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Caja Negra Editora, 2014.

SRNICEK, Nick. *Imaginar plataformas alternativas*. Entrevista com Nick Srnicek. 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/10/11/srnickek-capitalismo-deplataforma-mudancas/>.

TAYLOR, Diana. 2013. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte. Editora UFMG.

VALENTE, Jonas. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. *Comunicação Pública*, v. 14 n. 27, 2019.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2001.

VELHO, Otávio. Mistura ou diferença? In: *Mais realistas do que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro. Topbooks, 2007, p.313-325.

\_\_\_\_\_. A ideologia da miscigenação e os movimentos sociais. In: *Antinomias do real*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2018, p.99-113.

VIEIRA, Suzane; VILLELA, Jorge (Orgs.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia. Editora da Imprensa Universitária, 2020.

VILLORO, Juan. La duración de la impaciencia. In: *El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista II*: EZLN, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Brasil, país do futuro do pretérito. *Aula Inaugural do CTCH*, PUC-RIO; n.1 edições, 2019. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000877771>